



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
ESCOLA DE SAÚDE DO EXÉRCITO
(Es Apl Sv Sau Ex / 1910)**

Cap Alu ANNA MYRIAN TAMM **LANNES VIEIRA**

**PROCESSO DE IMPORTAÇÃO DE MATERIAIS HOSPITALARES DE ALTO CUSTO
COM ISENÇÃO DE IMPOSTO PELO EXÉRCITO BRASILEIRO**

**RIO DE JANEIRO
2021**

Cap Alu ANNA MYRIAN TAMM **LANNES** VIEIRA

**PROCESSO DE IMPORTAÇÃO DE MATERIAIS HOSPITALARES DE ALTO CUSTO
COM ISENÇÃO DE IMPOSTO PELO EXÉRCITO BRASILEIRO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Escola de Saúde do Exército, como requisito
parcial para aprovação no Curso de
Aperfeiçoamento de Oficiais Médicos.

Orientador(a): Maj **Cláudio** de Lima Antonino

**RIO DE JANEIRO
2021**

CATALOGAÇÃO NA FONTE
ESCOLA DE SAÚDE DO EXÉRCITO/BIBLIOTECA OSWALDO CRUZ

V658 Vieira, Anna Myrian Tamm Lannes.
 Processo de Importação de Materiais Hospitalares de Alto Custo com
 Isenção de Imposto pelo Exército Brasileiro/ Anna Myrian Tamm
 Lannes Vieira. - 2021
 33 f.
 Orientador: Maj Cláudio de Lima Antonino
 Trabalho de Conclusão de Curso (especialização) – Escola de
 Saúde do Exército, Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais Médicos,
 2021.
 Referências: f. 30-31.

 1. ADMINISTRAÇÃO HOSPITALAR. 2. CEBW. 3.
 EQUIPAMENTOS E PROVISÕES. 4. EXÉRCITO BRASILEIRO. I.
 Antonino, Cláudio de Lima (Orientador). II. Escola de Saúde do
 Exército. III. Título.

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial deste trabalho.

Cap Alu ANNA MYRIAN TAMM **LANNES VIEIRA**

PROCESSO DE IMPORTAÇÃO DE MATERIAIS HOSPITALARES DE ALTO CUSTO COM ISENÇÃO DE IMPOSTO PELO EXÉRCITO BRASILEIRO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Saúde do Exército, como requisito parcial para aprovação no Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais Médicos.

Orientador(a): Maj Cláudio de Lima Antonino

Aprovada em 21 de Outubro de 2021.

COMISSÃO DE AVALIAÇÃO

Maj **Cláudio** de Lima Antonino
Orientador

Cap Otávio **Augusto** B. Soares
Avaliador

Ten **Fernanda** V. C. **Orlandini**
Avaliadora

*A Deus pelo dom da vida e cada
alegria proporcionada pelo Seu
amor incondicional de Pai, aos
meus pais e família pelos
ensinamentos, carinho e amor, e
a minha irmã por estar sempre
do meu lado.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por guiar meus caminhos com todo cuidado e amor de Pai, me ajudando a superar os obstáculos da caminhada, me ensinado a ser um ser humano mais leve e consciente de que vivemos uma passagem e que nenhuma vaidade é válida. Fazemos parte de um todo e cada pessoa está interligada, possuindo o seu papel, a sua contribuição e a sua dificuldade.

Agradeço por ter sido presenteada com uma família especial e amorosa, onde tive os maiores ensinamentos dos valores que enriquecem o espírito, sendo os mais nobres e essenciais à vida. Agradeço aos meus pais por acreditarem em mim, por todo tempo e investimento, espero retribuir o mais próximo possível, visto que certos sacrifícios são inigualáveis.

Agradeço à minha irmã, à minha madrinha e toda a família, pela presença alegre e extrovertida! Agradeço aos professores e em especial ao meu orientador pela paciência, disponibilidade e ensinamentos.

Agradeço por fim a todas as pessoas e amigos de farda que contribuíram para o estudo, em especial ao TC Reder e ao Prof. Augusto Cunha, e aos que dedicaram uma parte do seu tempo respondendo ao questionário, o tempo de cada um é ouro e sou imensamente grata.

“A persistência é o caminho do êxito.”

Charles Chaplin

RESUMO

Introdução: A aquisição de materiais médicos de alto custo no meio militar segue uma série de etapas necessárias para a conclusão da compra com êxito. No caso de materiais importados, é evidenciado um aumento importante dos gastos devido aos impostos sobre a importação. A taxa de imposto aplicada por produto é de 60% a mais sobre o valor total da compra. Apesar de se enquadrar no grupo das instituições públicas, com recursos oriundos do Ministério da Defesa, o Exército Brasileiro, na maior parte das vezes, não executa a compra com isenção de imposto. Esse aumento dos custos com produtos importados diminui o poder de compra e dificulta ainda mais o processo de aquisição, tornando-o mais rigoroso, burocrático e com maiores chances de reprovação. **Objetivo:** O presente estudo visa contribuir com o entendimento dos processos burocráticos para aquisição de materiais no Exército Brasileiro, principalmente os materiais importados classificados como de alto custo. **Metodologia:** Trata-se de um estudo baseado em revisão de literatura onde serão abordados os assuntos de administração pública e as dificuldades no processo de compra de materiais importados. Foi realizado também uma pesquisa por meio de questionário através da ferramenta Google Formulários, sendo direcionada a militares com ano de formação na Essex 1999 – 2020, seguido de análise estatística. **Resultados:** Há poucos trabalhos publicados sobre o tema, sendo assunto ainda pouco abordado nas unidades militares de saúde. As informações sobre a importação de materiais hospitalares de alto custo com isenção de impostos ainda são escassas e insuficientes entre a população do estudo. Apenas 1% afirma que conhece os procedimentos para esse tipo específico de aquisição. **Conclusão:** O conhecimento básico das etapas mais importantes para aquisição favorece o êxito com a compra do material solicitado, a economia e a renovação tecnológica das unidades, beneficiando os profissionais que nelas trabalham e os usuários do sistema de saúde.

Palavras-chave: Administração Hospitalar. CEBW. Equipamentos e Provisões. Exército Brasileiro.

ABSTRACT

Introduction: The military purchase of high-cost medical supplies follows a several steps required to successfully complete the acquisition. In the case of imported materials, there is an important increase in expenses due to import taxes. The tax rate applied per product is 60% more on the total purchase amount. Despite being part of the group of public institutions, with its funds coming from the Ministry of Defense, the Brazilian Army, in most cases, does not have tax exemption. This increase in costs with imported products makes the acquisition process even more difficult, making it rigorous, bureaucratic and with greater chances of failure. **Objective:** This study aims to contribute to the understanding of bureaucratic processes for the acquisition of materials at the Brazilian Army, especially imported materials classified as high cost. **Methodology:** This is a study based on a literature review where public administration issues and the difficulties in the process of purchasing imported materials will be addressed. A survey was also conducted with a questionnaire through Google Forms tool, being directed to military personnel with years of training in Essex 1999 - 2020, followed by statistical analysis. **Results:** There are few published works on the subject, and it is still little discussed in military health units. Information on the import of high-cost hospital materials with tax exemption is still scarce and insufficient among heads of service at health units. Only about 1% of the research participants seem to know the procedures for this specific type of acquisition. **Conclusion:** The basic knowledge of the most important steps for acquisition favors success with the purchase of the requested material, the economy and technological renewal of the units, benefiting the professionals who works in them and the users of the health system. It is concluded that this is an extremely important issue, being a subject that is little addressed and that constitutes a great challenge for the military institution. Further studies are needed in order to seek solutions to debureaucratize and facilitate the import of high-cost tax-free health materials.

Keywords: Hospital Administration. CEBW. Equipment and Provisions. Brazilian army.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEBW	Comissão do Exército Brasileiro em Washington
CJU	Consultoria Jurídica da União
COLOG	Comando Logístico
COTER	Comando de operações Terrestres
DEC	Departamento de Engenharia e Construção
DECEX	Departamento de Operações de Comércio Exterior
DCT	Departamento de Ciência e Tecnologia
DGP	Departamento Geral do Pessoal
EME	Estado Maior do Exército
ESSEX	Escola de Saúde do Exército
NARSUP	Normas Administrativas Relativas ao Suprimento
NC	Nota de Movimentação de Crédito
ODS	Órgão de Direção Setorial
OI	Órgãos Importadores
OM	Organizações Militares
OMS	Organizações Militares de Saúde
OPME	Órteses, Próteses e Materiais Especiais
PCI	Pedido de Cotação Inicial
QDM	Quadro de Material
QI	Quadro de Importação
RFBQ	Pedido de Cotação Orçamentária
RFQ	Pedido de Cotação

RTS	Regime de Tributação Simplificada
SEF	Secretaria de Economia e Finanças
SIAF	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIMATEX	Sistema de Material do Exército
SISCOFIS	Sistema de Controle Físico do Material
SisComEx	Sistema de Comércio Exterior
TI	Tecnologia da Informação

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	14
2	METODOLOGIA.....	15
3	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E AQUISIÇÕES.....	16
3.1	Compras Públicas e Licitação.....	17
4	ADMINISTRAÇÃO MILITAR E OS MATERIAIS NAS UNIDADES DE SAÚDE	18
4.1	Classificação dos Materiais do Exército.....	18
4.2	Materiais de Alto Custo e Alta Complexidade.....	20
5	IMPORTAÇÃO DE MATERIAIS E ISENÇÃO DE IMPOSTOS.....	21
6	COMISSÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO EM WASHINGTON.....	24
6.1	O Processo de Aquisição através da CEBW.....	24
7	RESULTADOS	E 26
	DISCUSSÃO.....	
8	CONCLUSÃO.....	29
9	REFERÊNCIAS.....	30
10	ANEXO.....	32

Processo de Importação de Materiais de Alto Custo com Isenção de Imposto pelo Exército Brasileiro

ANNA MYRIAN TAMM LANNES VIEIRA¹
CLÁUDIO DE LIMA ANTONINO²

1. INTRODUÇÃO

É sabido que com o passar do tempo e o avanço tecnológico são criados equipamentos cada vez mais modernos, de alto grau de investimento tecnológico e conhecimento aplicado, o que acaba encarecendo consideravelmente esses produtos. A área da saúde exige constante atualização e renovação de tecnologia, e ao adquirir produtos desse porte são gerados muitas vezes gastos vultuosos com os impostos sobre a importação.

Conforme a Portaria nº 156 de 24/06/1999, a taxa de imposto aplicada por produto é de 60% a mais sobre o valor total da compra, ou seja, um acréscimo de mais da metade do valor do produto. (BRASIL, 1999) Quando consideramos o valor em moeda estrangeira mais valorizada que o real brasileiro, o prejuízo é ainda maior. O aumento dos custos com produtos pelo imposto diminui o poder de compra da instituição, dificulta o processo de aquisição, tornando-o ainda mais rigoroso, burocrático e mais sujeito a reprovação.

Como parte da solicitação de todo material, é necessário a elaboração de um projeto, um estudo preliminar com avaliação dos gastos x benefícios do investimento, e uma análise de riscos. Em seguida, o projeto ainda segue por várias instâncias, incluindo a Consultoria Jurídica da União (CJU), dando sequência às próximas etapas necessárias para aprovação da compra. Um fato importante que deve ser lembrado é que muitas das vezes a taxa de importação é aplicada desnecessariamente, já que existem produtos que não possuem similares no Brasil para concorrência. Além disso, o Exército Brasileiro é uma instituição pública, logo, deveria ser isento de taxas, o que não ocorre em grande parte das vezes.

O presente trabalho tem como objetivo identificar os procedimentos necessários para aquisição e importação de materiais hospitalares de alto custo pelo Exército Brasileiro, dando ênfase à isenção de impostos quando os produtos não possuem similares para concorrência no Brasil.

¹ Radio-oncologista, Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais. E-mail: anna_myrian@hotmail.com

² Arma Artilharia, Escola de Saúde do Exército.

2. METODOLOGIA

O estudo teve início com uma revisão bibliográfica sobre o tema, dando ênfase à aquisição e importação de materiais hospitalares de alto custo, com isenção da taxa de imposto sob importação. Foi realizado um levantamento de artigos científicos, consulta de portarias, leis e manuais com normas administrativas do exército brasileiro, além de trabalhos de conclusão de curso e dissertações.

Foram utilizados como fonte de busca os artigos científicos das bases de dados do Scholar Google, do PubMed, do LILACS, do SCIELO e do ISI; livros e monografias da Biblioteca da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais e da Biblioteca do Hospital Central do Exército; Monografias do Sistema de Monografias e Teses do Exército Brasileiro; Estatuto dos Militares; Manuais e Normas administrativas.

Por se tratar de um assunto pouco abordado, não foi determinado intervalo de ano durante a seleção e foram empregadas palavras de busca isoladas: "*administração hospitalar*", "*CEBW*" "*equipamentos e provisões*", "*exército brasileiro*" e "*importação de materiais de alto custo*". Foram excluídos os trabalhos relacionados à administração de empresas de saúde particulares e as publicações relacionadas à administração pública em países estrangeiros.

Ademais, pelo ineditismo do estudo e especificidade do tema, foi elaborado um questionário (anexo) com perguntas mistas através do aplicativo Google Formulários, com o intuito de verificar os conhecimentos dos militares sobre o tema e se já houve relatos de êxito na importação de materiais com isenção de imposto em suas unidades.

A população do estudo são os militares que realizaram o curso de formação na ESSEX nos anos de 1999 até 2020, sendo um total de 1606 militares. Foram obtidos os e-mails dos 1606 militares através do site do DGP, sendo distribuídos em 12 páginas por ordem do curso de formação (dos mais antigos aos mais modernos).

Foi realizada uma amostragem por conglomerados, onde foram selecionados 40 e-mails desde o início da lista, saltando os próximos 40 e-mails de maneira subsequente. O procedimento foi repetido até se completar 803 e-mails selecionados, por se tratar da metade da população estudada, de forma a compor uma amostra representativa de todos os anos de curso de formação de 1999-2020. Os questionários

foram direcionados via e-mails. Foram obtidas 194 respostas, através das quais foi gerada uma análise descritiva pelo próprio programa Google Formulários.

Além disso, foi realizada uma busca ativa das informações no Hospital Central do Exército, por se tratar de instituição de saúde de Nível quaternário, dotada de materiais de alta tecnologia, além da experiência em aquisições de materiais de alto custo.

3 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E AQUISIÇÕES

O processo formal de compras é considerado um procedimento administrativo e como tal carece de uma série de etapas e cuidados para chegar a sua conclusão com o êxito esperado. Considerando as características compartimentadas do processo de compras, Batista afirma que:

“... a função de comprar está intrinsecamente ligada a todos os departamentos da instituição, não só do ponto de vista da compra em si, mas, sobretudo, no alcance dos objetivos e finalidades institucionais.” (Batista, 2008, p.688)

Segundo PAIM (2016), através da percepção do seu caráter complexo e estratégico, a gestão das compras públicas é tema cada vez mais presente e importante dentro da Administração Pública.

Outro ponto a ser ressaltado é que importância das atividades de compras tem aumentado nos últimos anos, principalmente quando estas compras são realizadas por instituições públicas ligadas à área de pesquisa científica (BATISTA, 2008, p 682). Isso ocorre pelas necessidades que essa área possui em relação a renovação do seu parque tecnológico e a implantação de alta tecnologia, pois esses meios possibilitam o desenvolvimento de múltiplos estudos e pesquisas com temas inovadores.

Dada a relevância desse assunto serão abordados alguns conceitos básicos necessários ao entendimento do processo de aquisição.

3.1 Compras Públicas e Licitação

A Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei de Licitações e Contratos Administrativos (BRASIL, 1993) define compra como: “toda aquisição remunerada de bens para fornecimento de uma só vez ou parceladamente”. Esta Lei também estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações e locações no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

A licitação, por sua vez, é o procedimento administrativo, realizado pelos entes da administração pública direta ou indireta, necessário para a aquisição de materiais e contratação de serviços. Costa, em seu estudo descreve a licitação como:

“...um procedimento administrativo, um meio técnico legal, uma sucessão ordenada de atos que visam a garantir princípios jurídicos consagrados e controladores dos atos do Estado. Procura a licitação, portanto, atingir dois objetivos: selecionar a proposta mais vantajosa para a administração e propiciar iguais oportunidades àqueles que desejam contratar com a Administração Pública.” (Costa, 2000, p.119)

A Lei nº 10.520/02, de 17 de julho de 2002 foi criada para complementar a Lei nº 8.666/93. É através dessa lei que o pregão foi instituído como modalidade de licitação, categorizada como do tipo menor preço. Desse modo, a disputa é realizada por lances sucessivos, em sessão pública presencial ou eletrônica, e no final dos lances o pregoeiro verifica qual a proposta é mais vantajosa considerando o valor e a qualidade.

A licitação é a principal ferramenta de aquisição utilizada pelas instituições públicas seja civil ou militar. Ela deve ser realizada em etapas previstas pela lei. Segundo Costa (2000, p.125) as fases da licitação são compostas por: requisição + objeto; pesquisa de mercado; previsão orçamentária; elaboração do edital; prazo legal; habilitação; julgamento; adjudicação; homologação e contrato.

4 ADMINISTRAÇÃO MILITAR E OS MATERIAIS NAS UNIDADES DE SAÚDE

De uma maneira geral, as instituições de saúde possuem uma demanda acentuada de materiais e serviços, principalmente pela alta rotatividade no número de atendimentos. Da mesma forma, as unidades de saúde do exército brasileiro exigem a reposição constante de seus estoques e a renovação de material com os processos de aquisição. Além disso, também existe a necessidade da prestação de alguns serviços de apoio e de manutenção de equipamentos. A verba para execução das compras e serviços destinados ao exército brasileiro e às demais forças armadas, tem origem no Ministério da Defesa ao qual são subordinados.

Os materiais a serem adquiridos são classificados quanto ao seu uso, complexidade e durabilidade.

4.1 Classificação dos Materiais do Exército

O Sistema de Classificação Militar dos Suprimentos classifica os itens de suprimento nas 10 (dez) classes. (NARSUP, 2002 p16) A seguir serão listadas as classes de suprimentos conforme as Normas Administrativas Relativas ao Suprimento (NARSUP):

- a) CI I – Material de Subsistência;
- b) CI II – Material de Intendência;
- c) CI III – Combustíveis e lubrificantes;
- d) CI IV – Material de Construção;
- e) CI V – Armamento e Munição;
- f) CI VI – Material de Engenharia e Cartografia;
- g) CI VII – Material de Comunicações, Eletrônica e de Informática;
- h) CI VIII – Material de Saúde;
- i) CI IX – Material de Motomecanização e Aviação;
- e j) CI X – Material não incluído nas outras classes.

Os materiais de saúde ainda podem ser classificados em 02 subtipos:

a) Material de Saúde de Campanha – São os itens e conjuntos utilizados em situações de emprego operacional, previstos em Quadro de material (QDM); e

b) Material de Saúde para Instalação Fixa – São aqueles existentes e necessários ao funcionamento das Organizações Militares de Saúde (OMS) e Seções de Saúde das Organizações Militares (OM), em tempo de paz.

Considerando os materiais abordados já mencionados previamente, ainda podemos estratificá-los nas unidades a quais são destinados como: material de consumo e material permanente.

É chamado de material de consumo, todo item, peça, artigo ou gênero alimentício que se destina à aplicação, transformação, utilização ou emprego imediato e que, quando utilizado, perde suas características individuais e isoladas. Quando suas características próprias têm permanência superior a 2 (dois) anos chamam-se material de consumo de duração elevada.

Já o material permanente é definido como todo o artigo, equipamento ou conjunto operacional ou administrativo que tem durabilidade prevista superior a 2 (dois) anos, e que, em razão de seu uso não perde a sua identidade física nem se incorpora a outro bem. Destina-se ao uso contínuo e deve ser incluído em carga.

É importante lembrar que todos os materiais são monitorizados por um sistema rígido de controle chamado de Sistema de Controle Físico do Material (SISCOFIS). Ele consiste num subsistema do Sistema de Material do Exército (SIMATEX), que tem por objetivo realizar o controle quantitativo do material sob a responsabilidade patrimonial do Exército Brasileiro. (NARSUP, 2002, p.15)

4.2 Materiais de Alto Custo e Alta Complexidade

Ainda podemos nomear um tipo de material diferenciado, que se destaca pelo seu valor institucional e pelos cuidados exigidos por eles.

É chamado de Material Controlado, aquele que possui custo elevado, de alta tecnologia agregada, de difícil obtenção ou, ainda, que exija cuidados especiais para aplicação ou funcionamento. (NARSUP, 2002, p.12)

Nesse contexto, é importante mencionarmos as Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPME). Segundo Pinheiro:

“As Órteses, Próteses e Materiais Especiais fazem parte de uma categoria ampla de materiais utilizados na realização de procedimentos médicos, odontológicos e fisioterápicos. Atualmente, é responsável por grandes avanços na prestação da assistência à saúde. Em contrapartida, proporciona impacto financeiro, onerando a saúde, visto serem considerados produtos de alto custo.” (PINHEIRO, 2020, p.69)

A fim de orientar a gestão dessa classe distinta de materiais, o próprio Ministério da Saúde instituiu a Portaria nº 403, de 7 de maio de 2015. Através dessa portaria, se reconhece a necessidade de regulamentação da aquisição, do recebimento, da utilização e o controle de Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPME). Ainda afirma que há necessidade de aprimoramento constante dos fluxos e processos, em especial quanto ao monitoramento e controle do uso de OPME. (BRASIL, 2015)

Pinheiro em sua pesquisa ainda traz um enfoque sobre a necessidade de estudos de gerenciamento ligados à área da saúde e os OPME. Tais estudos objetivariam avaliar o nível de conhecimento agregado, identificar as fragilidades do sistema, buscar soluções para os problemas atuais, melhorar a assistência à saúde e contribuir para a redução dos custos. Podemos destacar um trecho do seu artigo que diz:

“... a pesquisa realizada mostrou que os hospitais com os modelos de gestão conjugados com eficientes sistemas de TI tiveram os seguintes benefícios: melhoria do gerenciamento de Órteses, Próteses e Materiais Especiais, melhorias relacionadas ao fluxo de comunicação, padronização de processos, produção de indicadores para a gestão, rastreabilidade de dispositivos, redução dos custos. Além disso, aponta mais controle no fluxo de trabalho, minimizando os riscos de roubos e fraudes no faturamento.” (PINHEIRO, 2020, p.69)

A autora ainda assinala que a padronização de processos, o controle do fluxo e do estoque, e a capacidade de captar e processar as informações pertinentes ao processo de trabalho, são requisitos fundamentais no gerenciamento desses materiais. Observa-se também que a utilização da tecnologia da informação por meio dos sistemas de gestão em saúde é uma tendência atual e o melhor caminho a ser adotado. (PINHEIRO, 2020, p.69)

5 IMPORTAÇÃO DE MATERIAIS E ISENÇÃO DE IMPOSTOS

O Imposto sobre a Importação é um tributo federal que incide sobre a mercadoria estrangeira e tem como fator gerador a sua entrada no Território Nacional. Segundo o Art. 1º da Portaria MF no 156, de 24 de junho de 1999:

“O regime de tributação simplificada - RTS, instituído pelo Decreto-Lei Nº 1.804, de 3 de setembro de 1980, poderá ser utilizado no despacho aduaneiro de importação de bens integrantes de remessa postal ou de encomenda aérea internacional no valor de até US\$ 3,000.00 (três mil

dólares dos Estados Unidos da América) ou o equivalente em outra moeda, destinada a pessoa física ou jurídica, mediante o pagamento do Imposto de Importação calculado com a aplicação da alíquota de 60% (sessenta por cento), independentemente da classificação tarifária dos bens que compõem a remessa ou encomenda.”
(BRASIL, 1999)

Desse modo, entende-se que o imposto sobre a importação acrescenta 60% a mais ao valor da mercadoria. O valor adicionado quando considerado em dólar acaba impactando em um aumento considerável dos custos e diminuindo o poder de compra.

O Decreto- Lei nº 37, de 18 de novembro de 1996 (BRASIL, 1996), dispõe sobre o imposto de importação, reorganiza os serviços aduaneiros e dá outras providências. É importante saber que a isenção de imposto sobre a importação é prevista para algumas instituições e em determinadas situações particulares. Conforme mencionado no Art.15 desse decreto, é concedida a isenção do imposto de importação nos termos, limites e condições estabelecidos no regulamento:

I - à União, Estados, Distrito Federal e Municípios;

II - às autarquias e demais entidades de direito público interno;

III - às instituições científicas, educacionais e de assistência social;

IV - às missões diplomáticas e repartições consulares de caráter permanente, e a seus integrantes;

V - às representações de órgãos internacionais e regionais de caráter permanente, de que o Brasil seja membro, e a seus funcionários, peritos, técnicos e consultores estrangeiros, que gozarão do tratamento aduaneiro outorgado ao corpo diplomático quanto às suas bagagens, automóveis, móveis e bens de consumo, enquanto exercerem suas funções de caráter permanente;

VI - às amostras comerciais e às remessas postais internacionais, sem valor comercial;

VII - aos materiais de reposição e conserto para uso de embarcações ou aeronaves, estrangeiras;

VIII - às sementes, espécies vegetais para plantio e animais reprodutores;

IX - aos aparelhos, motores, reatores, peças e acessórios de aeronaves importados por estabelecimento com oficina especializada, comprovadamente destinados à manutenção, revisão e reparo de aeronaves ou de seus componentes, bem como aos equipamentos, aparelhos, instrumentos, máquinas, ferramentas e materiais específicos indispensáveis à execução dos respectivos serviços;

XI - às aeronaves, suas partes, peças e demais materiais de manutenção e reparo, aparelhos e materiais de radiocomunicação, equipamentos de terra e equipamentos para treinamento de pessoal e segurança de vôo, materiais destinados às oficinas de manutenção e de reparo de aeronave nos aeroportos, bases e hangares, importados por empresas nacionais concessionárias de linhas regulares de transporte aéreo, por aeroclubes, considerados de utilidade pública, com funcionamento regular, e por empresas que explorem serviços de táxis-aéreos;

XII - às aeronaves, equipamentos e material técnico, destinados a operações de aerolevanteamento e importados por empresas de capital exclusivamente nacional que explorem atividades pertinentes, conforme previstas na legislação específica sobre aerolevanteamento.

O Exército brasileiro se enquadra dentro das situações apresentadas, portanto, também é contemplado com a isenção de impostos sobre a importação. No entanto, o seu meio de aquisição e importação difere em muito das outras instituições públicas. É importante ressaltar que essa diferença pode ser em parte pelo tipo de material importado. Os produtos importados pelo exército brasileiro em sua grande maioria

estão relacionados ao emprego em combate, como a compra de viaturas blindadas, armas de fogo e munições.

Um assunto que carece de informações e ainda é pouco abordado diz respeito a importação de materiais de saúde com isenção de imposto. Há possibilidade de importações de materiais de saúde de alto custo, com a isenção de imposto?

Para entendermos o caminho das importações de materiais estrangeiros com isenção do imposto, é necessário primeiro definir o papel da Comissão do Exército Brasileiro em Washington.

6 COMISSÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO EM WASHINGTON

A Comissão do Exército Brasileiro em Washington (CEBW), como o próprio nome diz, é uma comissão sediada em Washington que tem por fim mediar as compras realizadas pelo Brasil nos Estados Unidos a fim de adquirir produtos importados com um melhor custo. A CEBW é subordinada ao Comandante do Exército, por intermédio do seu Gabinete. (BRASIL, 2004) As compras realizadas pela comissão utilizam o dólar como moeda padrão e os produtos são adquiridos com isenção da taxa de imposto sobre a importação.

6.1 O Processo de Aquisição através da CEBW

Schons descreve em seu trabalho sobre a aquisição de materiais pela CEBW e sobre as etapas necessárias para a sua conclusão. Segundo a autora o processo de aquisição de bens e serviços realizado pela CEBW tem início no Brasil. Tendo em mãos a cota de recursos do orçamento do ano estabelecida pelo Estado Maior do Exército (EME), cada Órgão de Direção Setorial (ODS) divide essa cota entre as diretorias pelas quais é responsável. Sendo assim, cada diretoria realiza a especificação, dentro de sua área de atuação, detalhando o material/serviço que necessita ser adquirido no exterior.

Os departamentos da Força, coordenados pelo Estado-Maior de Exército, são os órgãos que compõem o mais alto nível decisório do Exército Brasileiro. Eles são compostos pelo: Comando Logístico (COLOG), o Departamento Geral do Pessoal (DGP), o Departamento de Operações de Comércio Exterior (DECEX), o Departamento de Engenharia e Construção (DEC), o Departamento de Ciência e Tecnologia (DCT), a Secretaria de Economia e Finanças (SEF) e o Comando de Operações Terrestres (COTER).

Durante o processo de planejamento do que se pretende adquirir, em sua fase inicial, os departamentos ou as diretorias enviam à CEBW um Pedido de Cotação Inicial (PCI). O PCI equivale a uma pesquisa de mercado, de caráter bastante informal, que tem a finalidade de fornecer aos departamentos ou às diretorias uma noção preliminar com relação aos custos do material. Dessa forma, se proporciona uma orientação no que diz respeito aos gastos com os bens e serviços aos quais há pretensão de serem adquiridos. Na próxima etapa, o órgão responsável pelo envio do PCI redigirá um Quadro de Importação (QI).

A CEBW por sua vez, ao receber o PCI, o transforma num pedido de cotação orçamentário, ou Request for Budgetary Quotation (RFBQ), que ela remete aos fornecedores. Os fornecedores respondem ao RFBQ e as cotações são enviadas para o órgão que as requisitou.

O Quadro de Importação (QI) constitui um documento, redigido nos Órgãos de Direção Setorial (nesse caso, chamados de órgãos importadores - OI), que contém a descrição de bens e/ou serviços que a Força pretende importar. Nesse documento estão contidas especificações técnicas e a quantidade/ volume da aquisição do bem/ serviço. Dentre os órgãos importadores, têm-se, além dos órgãos setoriais, citados acima, o Gabinete do Comandante do Exército e a Presidência da República.

Pronto o QI, é então confeccionada a Nota de Movimentação de Crédito (NC) pela Secretaria de Economia e Finanças (SEF) da Força, de acordo com as regras do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI). Os recursos são externados mediante a contratação de câmbio, atendendo às regras do Sistema de Comércio Exterior (SisComEx). Essa NC sinaliza à CEBW que os recursos necessários à realização da importação já se encontram disponíveis. Ao receber o

documento, a Comissão tem à sua disposição o crédito, estando apta a empregá-lo como requisitado pelo QI.

A CEBW passa a atuar ativamente no processo de aquisição quando tem posse do QI e de sua NC corresponde, abrindo então um processo licitatório. A Seção de Aquisição e Controle da Comissão transforma os QI com os materiais e/ou serviços requisitados em um Pedido de Cotação (Request for Quotation - RFQ). Esse RFQ é então enviado aos fornecedores do bem/serviço em questão, com o intuito de obter um número adequado de cotações válidas, de acordo com o estabelecido pela Lei 8.666/93.

7. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Além da Revisão de Literatura apresentada, foram enviados e-mails a 803 miliares com curso de formação entre os anos 1999 – 2020 na ESSEx afim de investigar o conhecimento dos militares da área de saúde sobre o tema. Responderam ao questionário 194 militares, ou seja, 194 respostas individuais foram analisadas. O cálculo amostral foi realizado através de uma calculadora amostral (site: <https://comentto.com/calculadora-amostrai>), representando uma amostra significativa da população estudada, com nível de confiança de 95% e margem de erro de 5%, já que para tanto eram necessárias 189 respostas e obtivemos 194.

Os resultados do questionário foram obtidos por meio da ferramenta Google Formulários e aplicados no formato de tabela para melhor ilustração:

Tabela. Resultados do inquérito entre oficiais de saúde ex-alunos da Escola de Saúde do Exército no período de 1999 a 2020. N= 194

PERGUNTAS	Sim (%)	Não (%)	Nunca realizaram solicitação (%)
1. Já ocupou algum cargo de chefia dentro de alguma OM do Exército Brasileiro?	74,7% (145)	25,3% (49)	
2. Já ocupou algum cargo de chefia em hospital militar de grande porte, Hospital Geral ou no Hospital Central no Exército?	44,3% (86)	55,7% (108)	
3. Já realizou alguma solicitação de Material de Saúde de Alto Custo?	38,3% (74)	61,7% (119)	

4. Se respondeu sim na questão 3, achou complicada a forma de solicitação de material?	32% (62)	6,2% (12)	61,9% (120)
5. Se respondeu sim na questão 3, obteve êxito na solicitação?	34% (66)	4,1% (8)	61,9% (120)
6. Sabia que por ser instituição pública o exército brasileiro é isento de cobrança de impostos de importação sobre alguns produtos?	21,1% (41)	78,9% (153)	
7. Já realizou alguma solicitação de material de alto custo com isenção de imposto sobre importação?	2,1% (4)	97,9% (190)	
8. Em caso de afirmativo na questão 7, obteve êxito?	2,1% (4)	10,8% (21)	87,1% (169)
9. Sabe como é realizada a aquisição de materiais com isenção de impostos pelo EB?	1% (2)	99% (192)	

O entendimento dos processos para aquisição de materiais no EB, inclusive os classificados como materiais de alto custo possuem grande impacto no funcionamento das instituições de saúde. Através da tabela apresentada percebemos que o conhecimento básico das etapas mais importantes para aquisição facilita o êxito com a compra do material solicitado e a renovação tecnológica das unidades. Segundo a nossa pesquisa, cerca de 74,7% dos oficiais de saúde que responderam ao questionário, já ocuparam algum cargo de chefia em organizações militares, sendo 44,3% em unidades de grande porte (Hospital Geral e/ou Hospital Central do Exército). Quando questionados se já realizaram alguma solicitação de material de alto custo, ou seja, Órteses, Próteses e Materiais Especiais de Saúde, 38,3% dos entrevistados afirmam que já fizeram esse tipo de solicitação. O processo de solicitação desses materiais foi considerado complexo por 83,7% dos participantes que realizam esse tipo de aquisição, porém, 89% dos que realizaram esse tipo de solicitação obtiveram êxito.

Tratando-se dos materiais de alto custo que são importados de outros países, o processo de aquisição torna-se ainda mais complexo em execução e burocrático. A importação de materiais que não possuem concorrentes no Brasil e isentos de imposto, é uma situação desconhecida por 78,9% dos participantes da pesquisa.

Chama ainda mais a atenção o desconhecimento sobre os procedimentos para aquisição de material importado com isenção de imposto, totalizando 99% dos casos. Há apenas 04 registros (2,1%) de êxito na aquisição de material importado com a isenção de imposto entre os participantes da pesquisa, porém, quando realizamos uma análise individual, há incongruência dessas informações, podendo corresponder a um percentual ainda menor. Dois militares (análise individual de números 100 e 172) responderam que obtiveram êxito na aquisição isenta de imposto sobre a importação (pergunta 08), porém, na pergunta que antecede (pergunta 07) informaram que não realizaram solicitação de material isento de imposto. Apontamos essa inconformidade já que uma situação depende da outra. Os outros 02 militares que responderam “*Sim*” na pergunta 07 (resposta individual números 05 e 177), ou seja, realizaram a solicitação de material com isenção de imposto sobre importação, responderam que não obtiveram êxito na sua compra (pergunta 08).

Dessa forma, em uma análise mais detalhada identificamos que apenas 02 militares dos 04 apontados na análise estatística conseguiram concluir com êxito uma solicitação de material importado isento de imposto, o que equivale a apenas 1% da amostra. Os mesmos não especificaram como realizaram o processo de aquisição.

Quando analisamos as respostas abertas, obtivemos um total de 105 comentários. A grande maioria dos militares afirma nos comentários que o processo de aquisições de materiais hospitalares de alto custo é bastante burocrático e moroso, e que o assunto deveria ser mais divulgado entre as OMS. Há algumas sugestões que foram apresentadas nos comentários para facilitar os processos de aquisição, inclusive a elaboração de tutoriais e cursos sobre solicitação de materiais para o efetivo da área de saúde. Destaco a seguir alguns dos comentários realizados na parte disponibilizada para as perguntas e respostas:

“Seria importante uma campanha de divulgação desse tema nas OM e OMS”

(resposta individual número 58)

“...Talvez um tutorial para as SALC das Unidades poderia ajudar a dirimir dúvidas.”

(resposta individual número 73)

“Se houvesse um curso sobre aquisição de opme, vc o faria? SIM”

(reposta individual número 52)

“Em minha opinião deveria existir uma Diretoria em cada região responsável pela aquisição e distribuição do material de alto custo para todos os hospitais de sua região, de acordo com a necessidade de cada unidade, com profissionais treinados em licitações, facilitando assim a realização dos procedimentos, diminuindo a burocracia e os encaminhamentos, cada hospital controlaria seu estoque, mais não faria a compra.”

(reposta individual número 127)

“As instruções para o exercício administrativo e legal das funções de saúde do Exército são poucas dentro dos estabelecimentos de ensino de saúde da Forças, e não são bem disponibilizados por biblioteca sobre saúde militar com sua temática geral pela DSau. Isso deixa os agentes da administração em saúde na ponta da linha com muitas atividades e sem o devido conhecimento para a execução dos mesmos. Realizar processos de aquisição de OPME ou fármacos de alto custo são situações muito sérias, tanto na complexidade de solicitação, quanto na consequência de se adquirir o produto errado ou fora do prazo, colocando em risco, ou agravando a situação da saúde humana.”

(reposta individual número 145)

8. CONCLUSÃO

As informações sobre a importação de materiais hospitalares de alto custo com isenção de impostos ainda são escassas e insuficientes, principalmente no âmbito militar, o que destaca o ineditismo do trabalho. Por se tratar de um processo complexo e que envolve a participação de profissionais de várias áreas distintas, como a de saúde, administração e a área jurídica, além de diversos escalões e unidades, é de suma importância que cada membro entenda o seu papel no processo de aquisição a fim de otimizar os meios.

A CEBW é uma chave importante e ferramenta essencial como meio de interligação entre o Brasil e os países do exterior, facilitando as compras em dólar americano, e possibilitando a isenção da taxa de imposto.

Espera-se que com esse trabalho possamos entender um pouco mais sobre o conhecimento da instituição com relação ao assunto, além de agregar informações sobre os caminhos da importação de materiais adquiridos com isenção de imposto, pelo Exército Brasileiro. Buscamos ainda elucidar algumas questões apresentadas ao longo do estudo e encorajar trabalhos futuros relacionados as aquisições de materiais na área da saúde. Talvez assim, possamos usufruir de mais das compras de materiais hospitalares com um preço mais econômico a qual a instituição militar faz jus.

9. REFERÊNCIAS

BAILY, P. et al. Compras: Princípios e Administração. São Paulo: **Atlas**, 2000.

BRASIL. Portaria nº 156 de 24/06/1999 / MF - Ministério da Fazenda, Estabelece requisitos e condições para a aplicação do Regime de Tributação Simplificada instituído pelo Decreto- Lei No 1.804, de 03 de setembro de 1980. **Diário Oficial da União**, Brasília, Distrito Federal, 25 jun. 1999. Disponível em: < Port. MF Nº 156 - 1999 (fazenda.gov.br) > Acesso em: 07 Jul 2021

BRASIL. Portaria nº 534 de 30/08/2004 / CE - Comando do Exército, Aprova o Regimento Interno da Comissão do Exército Brasileiro em Washington. **Diário Oficial da União**, Brasília, Distrito Federal, 02 set. 2004. Disponível em: < Diário das leis - Aprova o Regimento Interno da Comissão do Exército Brasileiro em Washington. (diariodasleis.com.br)> Acesso em: 07 Jul 2021

BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Agência Nacional de Saúde Suplementar. **Relatório final do Grupo de Trabalho Externo de Órteses, Próteses e Materiais Especiais (GTE OPME)**. Rio de Janeiro: Ministério da Saúde, 2016. Disponível em: <http://www.ans.gov.br/images/stories/Participacao_da_sociedade/2016_gt_opme/gt-opme-relatoriointegral.pdf> Acesso em: 04 Jul 2021

BRASIL. Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. **Diário Oficial**, Brasília, Distrito Federal, 22 jun. 1993. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: jul. 2021.

BRASIL. Lei nº 37, de 18 de novembro de 1966. Dispõe sobre o imposto de importação, reorganiza os serviços aduaneiros e dá outras providências. Casa Civil, Brasília, 18 de novembro de 1966. Disponível em: < Del0037 (planalto.gov.br)> Acesso em: jul. 2021.

BATISTA, M A C.; MALDONADO, J M S V. O papel do comprador no processo de compras em instituições públicas de ciência e tecnologia em saúde. **Rev. Adm. Pública** – Rio de Janeiro 42(4):681-99, jul/ago. 2008.

COSTA, A L. Sistema de compras privadas e públicas no Brasil. **RAUSP Management Journal**, v. 35, n. 4, p. 119-128, 2000.

LOPES D S P., Estudo de Revisão sobre Gerenciamento de Órteses, Próteses e Materiais Especiais para aplicação em uma Instituição de Saúde. **Revista Brasileira de Inovação Tecnológica em Saúde - ISSN:2236-1103**, p. 22, 20 jan. 2020.

PAIM T. A. C., Compras públicas Inteligentes: Um Modelo de Análise Estratégica para Gestão das Compras Públicas – Estudo de Caso do Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal 2016.

SCHONS S. Z., Um estudo sobre o Processo de Obtenção de Material de Emprego Militar no Exterior - **Monografia de Conclusão de Curso**, Universidade Estadual de Campinas UNICAMP Instituto de Economia- IE, Dezembro de 2005.

Sites na Internet:

Comissão do Exército Brasileiro em Washington www.cebw.org

Calculado Amostral <https://comentto.com/calculadora-amostal/>

ANEXO

Pesquisa TCC- Material de Alto Custo

Pesquisa para Elaboração de Monografia do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais Médicos_2021_Cap Med Lannes

1- Já ocupou algum cargo de chefia dentro de alguma OM do Exército Brasileiro? *

Sim

Não

2- Já ocupou algum cargo de chefia em hospital militar de grande porte, Hospital Geral ou no Hospital Central no Exército? *

Sim

Não

3- Já realizou alguma solicitação de Material de Saúde de Alto Custo (OPME - Órteses, Próteses e Materiais especiais de saúde)?

- Sim
- Não

4- Se respondeu sim na questão 3, achou complicada a forma de solicitação de material? *

- Sim
- Não
- Nunca realizei pedido de material de alto custo

5- Se respondeu sim na questão 3, obteve êxito na solicitação? *

- Sim
- Não
- Nunca realizei pedido de material de alto custo.

6- Sabia que por ser instituição pública o exército brasileiro é isento de cobrança de impostos de importação sobre alguns produtos? *

- Sim
- Não

7- Já realizou alguma solicitação de material de alto custo com isenção de imposto sobre importação? *

- Sim
- Não

8- Em caso de afirmativo na questão 7, obteve êxito? *

- Sim
- Não
- Nunca fiz solicitação de material de alto custo.

9- Sabe como é realizada a aquisição de materiais com isenção de impostos pelo EB? *

Sim

Não

10- Qual seu posto/arma/quadro/serviço? *

Texto de resposta longa

11- Deseja fazer alguma observação sobre o assunto?

Texto de resposta longa
